



EDUCAÇÃO

O custo da evasão no ensino médio

Pesquisa revela que o país teria um ganho econômico de R\$ 111 bilhões se elevasse a taxa de estudantes que concluem o curso secundarista. MEC fará pesquisa on-line com alunos e professores

» TAINÁ ANDRADE

A evasão escolar afeta diretamente a geração de renda. Essa é a conclusão do estudo Combate à Evasão no Ensino Médio: desafios e oportunidades, realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan Sesi), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

A pesquisa indica que se a taxa de conclusão do ensino médio entre os jovens mais vulneráveis estivesse em 84%, haveria uma economia de R\$ 111 bilhões por ano nos cofres públicos. Caso o Brasil alcançasse a taxa do Chile (93,4%), esse ganho econômico seria de R\$ 135 bilhões. Atualmente, apenas 46% de brasileiros mais pobres concluem o ensino médio.

Segundo a consultora em educação, técnica e coordenadora da pesquisa, Andrea Marinho, o jovem que não conclui a escola tem maior dificuldade de se colocar no mercado de trabalho. E isso pressiona os serviços do Estado voltados para atender a população mais vulnerável, como segurança, saúde e benefícios sociais.

“O jovem que não tem ensino médio tem mais dificuldade de se colocar no mercado de trabalho, de conseguir emprego formal. E quando consegue, ganha um salário menor. Além disso, tem expectativa de vida menor. Tende a ter problemas de saúde, acaba usando mais o sistema de saúde. É óbvio que o jovem mais vulnerável fica mais suscetível às questões de criminalidade. O que vivemos hoje é um mundo em constante mudança, e a economia depende de como esse mundo do trabalho se organiza”, afirma a especialista.

Os valores apontados no estudo revelam o drama de uma geração que é obrigada a ficar sob a tutela do Estado para sobreviver. Essa dependência impacta em custos com benefícios sociais, com habitação ou com os investimentos em saúde que passarão a ser “curativos”, ou reparadores.

“O ensino médio é um momento em que o jovem passa da juventude para a vida adulta, do mundo da escola para o do

Vinicius Magalhães



Andrea Marinho: jovens sem ensino médio são vulneráveis e dependem mais dos serviços do Estado



A evasão escolar não só acomete os jovens mais pobres, mas também perpetua a desigualdade social, porque, se não tem uma educação, não tem base para o exercício pleno da sua cidadania”

Andrea Marinho, coordenadora da pesquisa da Firjan

trabalho, quando tem uma educação básica de mais qualidade tem condições de fazer melhores escolhas, de se adaptar melhor. Portanto, está mais preparado para buscar uma qualificação profissional que permita mais opções”, argumenta Andrea Marinho. “A evasão escolar não só acomete os jovens mais pobres, mas também perpetua a desigualdade social, porque, se não tem uma educação, não tem base para o exercício pleno da sua cidadania, nem para constituição de uma carreira”, acrescenta.

Por isso, a pesquisadora ressalta a importância de o governo priorizar a redução do abandono escolar, que se tornou uma questão estruturante. A pesquisa identifica fatores críticos nessa realidade: baixa aprendizagem; alto índice de repetência; necessidade de criar ambientes estimulantes;

ausência de currículo escolar interessante, que dialogue com os alunos; reforço do apoio à gestão escolar, à formação e à valorização dos professores.

“Se o aluno não tem na escola um ambiente favorável ao seu desenvolvimento, que seja atraente, ele não se convence, no projeto de vida, de que as questões educacionais fazem parte do caminho. O jovem passa a se atrair pelas coisas cotidianas, que normalmente é a geração de renda. A vida real grita para a necessidade de renda, por uma questão de sobrevivência”, observa a especialista.

Andrea Marinho salienta, ainda, a necessidade de se levar em conta os pontos específicos de cada localidade. “É preciso fornecer aos gestores públicos um conjunto de alternativas para que possam adaptar a cada realidade local um conjunto de soluções”, aponta a coordenadora.

Governo quer ouvir 100 mil

O Ministério da Educação (MEC) começará, em 8 de maio, a ouvir 100 mil estudantes e professores sobre o novo ensino médio com uma pesquisa feita por meio do WhatsApp. As pessoas selecionadas para a pesquisa por um instituto receberão um QR code pelo aplicativo de mensagens para participar. A população em geral também poderá opinar sobre a reforma a partir de 24 de abril na plataforma Participe Brasil, pela internet.

“Queremos evitar a polarização e um discurso plebiscitário. O que queremos é uma participação de qualidade, com proposições, situações reais que nos direcionem para medidas com relação a implantação, alguma alteração no desenho do currículo”, disse a secretária executiva do MEC, Izolda Cela, ao participar do evento Educação Já do Todos Pela Educação, em Brasília.

Ela ouviu professores da plateia falar das dificuldades com o novo ensino médio. A decisão de suspender, por meio de uma portaria, o cronograma da reforma causou muita controvérsia. Além das pesquisas, o governo pretende divulgar, no fim do mês, um calendário com reuniões sobre o tema com entidades representativas de estudantes, professores e especialistas, on-line e presenciais.

Segundo Izolda, a pesquisa pelo WhatsApp deverá ser finalizada apenas em julho, portanto após o período de 90 dias estipulado para a consulta pública sobre o assunto no MEC. “Não vejo problema em prorrogar, desde que as coisas já estejam acontecendo”, afirmou.

“Pelo amor de Deus, não levem esse assunto para o Supremo, isso tem que ser decidido por educadores”, disse o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, presente no evento. Segundo ele, o novo ensino médio “parece um avanço”. E “pior que um modelo ideal é um modelo que nunca se consolida”. Para Barroso, as políticas educacionais precisam ter continuidade.

SOCIEDADE

Conselho vai reforçar política indígenista

» TAINÁ ANDRADE
» ÁNDREA MALCHER

O Conselho Nacional de Políticas Indígenistas (CNPI), colegiado extinto pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em 2019 será restabelecido com uma maior participação dos povos indígenas. Segundo o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), o retorno está previsto para o dia 28, no encerramento da programação do Acampamento Terra Livre (ATL). A proposta de decreto presidencial ainda está em análise na Casa Civil.

“No âmbito do governo, houve a discussão interna com o ministério (MPI) para ajudar a trabalhar na minuta de reinstalação do Conselho. Topamos alguns ajustes dessa proposta de acréscimo, de participação do movimento, de ampliação e reformulação da minuta do decreto”, explica Kleber Karipuna, coordenador executivo da Articulação dos Povos Indígenas (Apib), uma das instituições que deve entrar na nova composição e participa das discussões.

Ainda em março, a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, destacou a restauração do colegiado como uma das prioridades da pasta. Guajajara vê o Conselho como uma instituição que daria atenção às diferentes realidades dos povos indígenas pelo país. Essa, por sinal, é uma demanda antiga dos movimentos sociais desses povos. O coordenador da Apib destaca que as diferenças regionais terão peso na nova formação do Conselho.

Autonomia

A Apib sugeriu que o Conselho saia da presidência da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e passe para o MPI, com o comando da secretaria-executiva e o departamento de participação social; que a quantidade de reuniões passe de três para quatro; e que a escolha dos membros seja feita diretamente pelos representantes das organizações, sem intermédio do Estado.

Txai Suruí, coordenadora do movimento da juventude indígena de Rondônia, acredita que o CNPI precisa ser fortalecido, para que seja mais que uma “devolução”. Ela considera o conservadorismo no Congresso Nacional e as pressões de setores do agronegócio obstáculos para avanços nas políticas públicas voltadas aos indígenas.

“A nossa pauta deve ser colocada como prioridade. Enquanto isso não acontecer, o que vai mudar efetivamente?”, questionou Suruí ao **Correio**. “É preciso fortalecer com orçamento, recursos, condições, poder de fato, porque o político que está aí está pressionando contra a gente também no sentido de ter uma frente ampla que é contra a pauta ambiental. Eles também estão pressionando por aquilo que eles querem, só que essas pessoas têm muito mais poder político que a gente”, completa.

O líder indígena Marcos Terena considera fundamental o conselho reativado ter autonomia, de modo a exigir avanços nas políticas públicas indígenas. “O problema é se o presidente do Conselho não tiver autonomia para avançar nas cobranças nascidas das comunidades indígenas. A questão não é mais só demarcação. Hoje, o indígena jovem quer emprego, entrar na universidade, criar bairros indígenas nas cidades”, pontua.

OBITUÁRIO

Boris Fausto, 92 anos, historiador e escritor

Morreu o historiador, cientista político e escritor Boris Fausto. Autor de *A Revolução de 1930* e de outros livros que marcaram a historiografia brasileira, ele tinha 92 anos. Estudioso da História Política do Brasil no período republicano, Boris se debruçou ainda sobre a criminalidade em São Paulo no começo do século 20 e sobre a formação do pensamento autoritário no país.

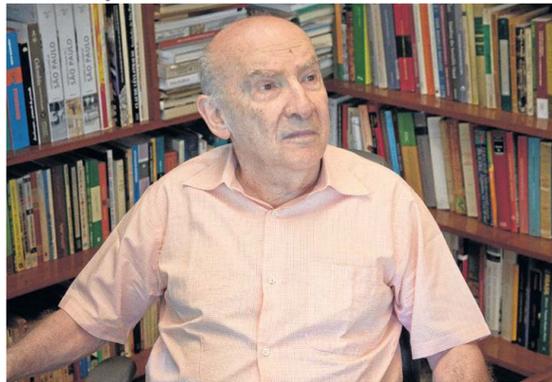
Doutor pela Universidade de São Paulo — onde se graduou em Direito, foi assessor jurídico e professor de Ciência Política —, Boris nasceu em 1930, em São Paulo, em uma família de imigrantes judeus. Com *A Revolução de 1930*, provocou mudança

nas análises sobre o tenentismo e o fim da República Velha. Fausto via nos jovens militares um espírito que, “em grande linha, não era democrático”. “Era militar como temos em nossa tradição. Era salvacionista e propugnaram a manutenção da ditadura do Getúlio (Vargas) tanto quanto possível”, escreveu.

Seu livro o inseriu na lista de autores seminais da realidade brasileira, como Florestan Fernandes, Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso.

O autor tinha afeto especial por outro de seus livros: *História do Brasil*, seu maior best-seller. “Tenho afeição por ele e acho que foi um marco que pode ser

Carlos Fausto/Divulga???



Boris Fausto: intelectual integra lista dos autores seminais do Brasil

aproveitado. Mas muita coisa ali foi superada, como eu já superrei, se fosse escrever uma nova história”, contou.

Boris era o mais velho de três irmãos. O mais jovem

— o médico Nelson — morreu em 2012; e o filósofo Ruy, em 2020. Resolveu então escrever sobre o tempo em que os três viviam no bairro paulistano de Higienópolis.